

Política argentina volta a inquietar a Nova República

A reviravolta da política econômica e financeira do governo Raúl Alfonsín, na Argentina, trouxe funda inquietação ao governo José Sarney que — até o momento — não se definiu com clareza nessa matéria, procurando conciliar os contrários (Francisco Dornelles, da Fazenda, João Sayad, do Planejamento) e explorando a retórica do falecido Tancredo Neves, particularmente a sua afirmativa de que "a dívida externa não se paga com a fome do povo".

Em Brasília, repete-se a frase de Sebastião Marcos Vital, secretário-geral da Fazenda, num encontro entre economistas e altos funcionários, segundo a qual "a contenção artificial dos preços não pode ser classificada de política financeira e econômica". A mesma coisa pode-se dizer a propósito das taxas de inflação que seriam manipuladas por Dornelles neste período de indefinição combinada com recessão.

Falava-se antes numa "síndrome Alfonsín" que atingiria os militares brasileiros, preocupados com os processos dos seus colegas argentinos. Agora, quando os processos militares se a um pequeno grupo que tem por cabeças os generais Octávio Medeiros de Aguiar e Newton Cruz (enquanto os generais Léonidas Gonçalves e Ivan Mendes são elogiados por quase todos os políticos), a "síndrome Alfonsín", ou pelo menos, o segundo choque argentino, faz os tecnocratas e os sindicistas perderem o sono.

Há sempre quem esfregue as mãos, com a satisfação de proferir o clássico "eu não dizia", como é o caso do senador Roberto Campos (PDS-MS).

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber (tal como Dornelles e Marcos Vital, um discípulo de Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda), não quer que o Brasil toque nas reservas monetárias — metálicas ou em papéis — e afirmou ser fundamental que o Brasil não perca os financiamentos das suas exportações por grupos internacionais, que equivalem aproximadamente a 16 bilhões de dólares, além de comprometer o governo com a promessa de que o acordo com os credores e o Fundo Monetário Internacional será submetido à apreciação do Congresso.

Entre os chamados "economistas do Ulysses", ou seja, aqueles que circulam na órbita do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ex-candidato à Presidência da República (duas vezes), as declarações de Lemgruber foram aceitas com uma pitada de sal. Afinal, a missão do FMI volta agora ao Brasil, a 8 de julho, para o habitual jogo de empurra com as autoridades brasileiras. E o governo de Brasília vai utilizar, sem dúvida, a tática da contemporização. Se o problema for deferido para o mês de setembro, já os partidos políticos estarão em plena campanha eleitoral, no pleito das grandes capitais, o que torna impossível ao governo tomar medidas impopulares, sob pena de punir a Aliança Democrática, formada por PMDB, Frente Liberal e dissidentes do PDS.

A questão das reservas também é encarada com suspeita. Há 8 bilhões de dólares em reservas contábeis. Mas 2 bilhões referem-se às "polonetas" (1 bilhão e 600 milhões de principal, 400 milhões em juros e serviços), uns 250 milhões de dólares dizem respeito a Moçambique, há créditos do Suriname e outras operações não suficientemente divulgadas.

E provável que as reservas úteis não alcancem 6 bilhões de dólares, se tanto. Ora, como os credores do Brasil sabem disso e como os tecnocratas estão fartos de sabê-lo, os políticos já começam a reclamar. As informações dadas pelo ministro da Fazenda aos líderes do PMDB e da Frente Liberal são ritualmente saudadas — por estes — como um fato novo e auspicioso. Na realidade, como nos disse, causticamente, um funcionário da Fazenda, veterano da Receita Federal, "os políticos não entenderam coisa alguma — e foi para isso mesmo que o ministro lhes falou".

O famoso "dado secreto" a que se referiu o presidente Sarney em sua entrevista coletiva é conhecido por todo o mundo, mesmo pelo público. São as reservas — e como usá-las. Quanto aos financiamentos externos para as exportações brasileiras, no momento em que os banqueiros perceberem que a posição do Brasil não é forte (sobretaxas norte-americanas sobre álcool, calçados e outros produtos e dependência com relação aos seus bancos, uma vez que o seu papel no quadro da dívida externa torna-se crítico), quem duvida que eles tentarão impor novas contra-partidas, ágios mais altos etc?

A tão discutida frente dos devedores é vista como impossível depois dos exemplos do México e do próprio Brasil, que fizeram composições em separado, em 1983-1984, e da grave crise argentina. O presidente José Sarney, que vai ao Uruguai em agosto avistar-se com o presidente Julio Sanguinetti, poderá encontrar-se com Alfonsín. O chefe de Estado argentino — segundo se informa — pode até cruzar o Rio da Prata, numa viagem de trabalho, despidida de pompa e circunstância, para conversar com os seus colegas brasileiros e uruguaios. Mas pouca coisa poderá sair disso além de lamentações e declarações de intenções.

Teme-se portanto, que o Brasil vá bater às portas da Casa Branca, em Washington, pedindo ao presidente Reagan que o socorra, usando os seus bons ofícios junto ao FMI e aos grandes bancos americanos. Isto ocorreria por volta de setembro ou outubro. Mas qual seria o poder de barganha do Brasil? Não está à beira de uma revolução comunista, não tem bases essenciais como Portugal (por exemplo), não é uma reserva estratégica urgente para os Estados Unidos nem pode causar grande dano à economia americana.

De certo modo, isso foi confirmado pelo próprio Dornelles, recentemente, a um grupo de políticos. Dornelles referiu-se às conversas de Tancredo Neves em Washington. Na ocasião, o secretário de Estado, George Schultz, exigiu — em termos peremptórios — que o Brasil tancredistas aceitasse as fórmulas do Fundo Monetário. Tancredo resistiu e mandou Dornelles à Europa para conversar com Jacques de Larosière, diretor do FMI. De Larosière adotou uma posição mais compreensiva. Fica a suspeita de que se trate de velha ação combinada, a do policial bruto e do policial gentil, nos interrogatórios.

Tancredo, segundo o que os políticos ouviram, fez tudo para que o presidente João Figueiredo e o ministro Delfim Netto firmassem uma nova carta de intenções com o FMI, mesmo drástica. Ele não queria fazê-lo pessoalmente, mas não se importaria de herdá-la para exigir sacrifícios contrários à sua retórica. Mas nem Washington nem Figueiredo e Delfim queriam ou podiam firmar uma carta de intenções àquela altura. Agora, a herança ambígua está nas mãos de Sarney, que contemporiza à espera de um fato novo ou — quem sabe? — à espera de Godot.

Hermano Alves